



RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 5063 - SP - (REG: 95/0060705-0)

RELATOR : O EXMO. SR. MINISTRO ANSELMO SANTIAGO
RECORRENTE : LUIZ EDUARDO GRENNHALGH
ADVOGADO : DR. LUIZ EDUARDO GRENNHALGH
RECORRIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO

E M E N T A

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL.

1. Impossível o trancamento da ação penal por falta de justa causa se a inocência do acusado não resulta de pronto evidenciada dos autos.
2. Recurso a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da SEXTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Votaram com o Sr. Ministro-Relator os Srs. Ministros William Patterson, Luiz Vicente Cernicchiaro, Vicente Leal e Fernando Gonçalves.

Brasília-DF, 19 de agosto de 1996. (data do julgamento).


Ministro ANSELMO SANTIAGO, Presidente e Relator

6ª Turma.
Julg. em 19-08-96

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 5063 - SP - (REG: 95/0060705-0)

RECORRENTE : LUIZ EDUARDO GREENNHALGH
ADVOGADO : DR. LUIZ EDUARDO GREENNHALGH
RECORRIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSÉ MARIANO DE ARAÚJO FILHO

095006070
005023100
000506310

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO ANSELMO SANTIAGO:

José Mariano de Araújo Filho,, Delegado de Polícia, foi denunciado na comarca de São Bernardo do Campo como incurso nas penas dos arts. 61, do Decreto-Lei nº 3.688/41, 125 e 148, § 2º, ambos do Código Penal, art. 3º, alínea "a", por uma vez, e alínea "c", por três vezes, da Lei nº 4.898/65, todos em concurso material e nos termos do arts. 69 e 29, ambos do Código Penal.

Infere-se da denúncia que o acusado, na condição de Delegado de Polícia Titular da Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes de São Bernardo do Campo, teria ordenado a três policiais civis que agredissem pessoas que haviam sido presas em flagrante por tráfico de drogas, para "*arrancar suas confissões*", provocando aborto, sem consentimento da gestante, em uma das vítimas, além de ter praticado diversos atos de natureza sexual para satisfazer sua lascívia em outra vítima que tinha se dirigido a delegacia para prestar esclarecimentos em inquérito policial que apurava sua participação em ilícitos.

Recebida a denúncia, o acusado, através de advogado, impetrou **habeas corpus** perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, visando o trancamento da ação penal, por falta de justa causa, no que tange ao crime capitulado no art. 125 do Código Penal, alegando que não há nos autos prova da existência da gravidez e da ocorrência do aborto de que se diz vítima Maria Rosimeire Bem Filgueiras.

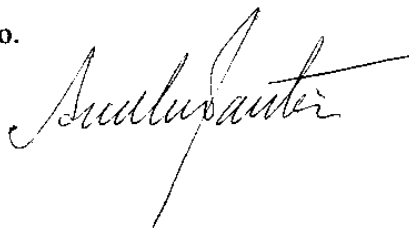
Anselmo

Apreciando o pedido, o Tribunal **a quo**, por sua Segunda Câmara Criminal, por votação unânime, denegou a ordem.

Dai o recurso ordinário interposto pelo paciente, sem que tenha apresentado as razões do pedido de reforma.

Ouvido, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo improvimento do recurso, não sem antes posicionar-se pelo seu conhecimento face a jurisprudência dominante, segundo a qual a falta de razões do pedido de reforma não impede o conhecimento do recurso para aplicação analógica do art. 601 do Código de Processo Penal.

É o relatório.



RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 5063 - SP - (REG: 95/0060705-0)

095006070
005033100
000506390

V O T O

O EXMO. SR. MINISTRO ANSELMO SANTIAGO (RELATOR):

O **habeas corpus** foi denegado pelos fundamentos inscritos no voto condutor do acórdão assim expostos (fls. 191/193):

“Segundo consta da denúncia, o paciente e demais envolvidos, todos policiais lotados na Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes, provocaram, em conluio, em Rosimeire Filgueiras que havia sido presa em flagrante, mediante sevícias e agressões, sem o consentimento da ofendida, o abortamento desta.

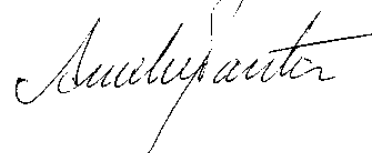
Busca o paciente, via **habeas corpus**, trancamento da ação penal por não provada a materialidade do delito.

Conforme consta dos autos e do judicioso parecer da d. Procuradoria, os médicos que atenderam a vítima no Hospital Nossa Senhora da Pompéia, constataram, após exame clínico direto, a ocorrência de “abortamento evitável”, fls. 22, e ao depois, de “abortamento inevitável”, fls. 38, tendo o Diretor Clínico do Hospital, informado ao Juízo por ofício, que a ofendida “apresentava gravidez em processo de abortamento”, admitindo entre as causas possíveis, a causa anterior de um trauma, indicando a idade aproximada do feto, cerca de 2 meses, concluindo que “houve curetagem realizada devido a aborto incompleto, fls. 37”.

Ao depois houve outro parecer médico confirmando a gravidez preexistente da vítima e o aborto, fls. 39/45.

A prova testemunhal confirmou que a vítima, quando presa em flagrante delito estava grávida, constatando-se lesões corporais em sua pessoa, fls. 16, em decorrência de espancamentos.

Portanto, a denúncia oferecida pelo crime de aborto preenche os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, prescreve com clareza o delito, e há indícios claros da materialidade do crime e autoria,



Somente se tranca ação penal por falta de justa causa quando notória e abundante, provada, à evidência, a injustiça da imputação e não, quando há dúvidas a respeito, como é o caso dos autos. E o *mandamus* não se presta e não é o remédio heróico para exame do mérito e invadir o âmago da matéria probatória.

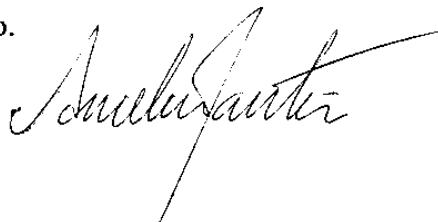
Além do mais, outras poderão ser produzidas durante a instrução do processo. E, sendo este da competência do Tribunal Popular do Júri, na fase própria, poderá o paciente ser impronunciado por falta de provas.

Inexistindo por ora o alegado constrangimento ilegal reclamado, a ordem é denegada ...”

Inexiste ilegalidade no aresto impugnado, que bem examinou a matéria enfocada, como, aliás, salienta a respeito a douta Subprocuradoria-Geral da República no parecer de fls.

Desta forma, nego provimento ao recurso.

É o voto.



095006070
005043100
000506360

Supremo Tribunal de Justiça

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

SEXTA TURMA

Nro. Registro: 95/0060705-0

RHC 5063/SP

Em mesa

JULGADO: 19/08/1996

Relator

Exmo. Sr. Min. ANSELMO SANTIAGO

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Min. ANSELMO SANTIAGO

Subprocurador Geral da Republica

EXMA. SRA. DRA. JULIETA E. FAJARDO C. DE ALBUQUERQUE

Secretario (a)

MARIA DO SOCORRO MELO

AUTUAÇÃO

RECTE : LUIZ EDUARDO GREENHALGH

ADVOGADO : LUIZ EDUARDO GREENHALGH

RECD0 : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SAO PAULO

PACTE : JOSE MARIANO DE ARAUJO FILHO

CERTIDÃO

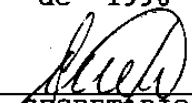
Certifico que a Egrégia SEXTA TURMA ao apreciar o processo em epigrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão :

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Participaram do julgamento, os Srs. Ministros William Patterson, Luiz Vicente Cernicchiaro, Vicente Leal e Fernando Gonçalves.

O referido é verdade. Dou fé.

Brasília, 19 de agosto de 1996



SECRETARIO(A)